

CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO TERRITÓRIO PONTAL DO ARAGUAIA EM MATO GROSSO

Rodrigo Anselmo Tarsitano¹,
Antonio Lázaro Sant'Ana²,
Ary Gertes Carneiro Junior³,
Luciana Pinheiros Viegas⁴.

Resumo

A abordagem territorial das políticas públicas é relativamente recente em nosso país, seu início se deu a partir de 2003 no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, do MDA, uma tentativa de superar as desigualdades socioculturais e regionais. A política territorial privilegia a formação de espaços públicos, onde se promove a interação institucional entre o poder público e as populações rurais por meio da realização de eventos e consultoria especializada. A delimitação do tema se deu por uma caracterização dos municípios pertencentes ao Território Pontal do Araguaia e a abordagem teórico-metodológica utilizada foram modelos de interpretação de políticas públicas, com pesquisas documentais e consulta aos agricultores. Assim sendo, foi verificado que as famílias trabalhavam a terra de forma individual/familiar e a pecuária leiteira era a principal atividade econômica, levando a uma melhoria importante em suas condições de vida.

Palavras-chave: **Território; Agricultura familiar; políticas públicas.**

1. INTRODUÇÃO

A abordagem territorial é uma visão essencialmente integrada de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas. Entre as várias estratégias de apoio aos territórios rurais cabe destacar o estímulo à participação da diversidade de atores sociais nos processos de elaboração, planejamento, implementação e gestão do desenvolvimento sustentável, considerando as dimensões de gênero, etnia, geração e raça; e a construção de alianças buscando fortalecer o protagonismo dos agricultores familiares nos processos de gestão social das políticas públicas (BRASIL, 2015).

¹ Engenheiro Agrônomo, UNEMAT Campus Universitário de Nova Xavantina-MT, e-mail: rodrigotarsitano83@gmail.com

² Engenheiro Agrônomo, UNESP Campus de Ilha Solteira-SP, e-mail: lazaro@agr.feis.unesp.br

³ Engenheiro Agrônomo, UNEMAT Campus Universitário de Nova Xavantina-MT, e-mail: carneiro01@hotmail.com

⁴ Turismóloga, UNEMAT Campus Universitário de Nova Xavantina-MT, e-mail: lucianapviegas@yahoo.com.br

De acordo com Favareto (2010b) o desenvolvimento territorial é o resultado de determinadas formas de coordenação capazes de fazer convergir os benefícios privados e sociais, permitindo uma melhor organização da produção e da distribuição de bens individuais e, ao mesmo tempo, garantindo que os resultados do desenvolvimento sejam repartidos de maneira mais equânime.

Favareto (2010a) adverte, no entanto, que a ideia de territorialização das iniciativas envolve não apenas a ampliação da escala geográfica, mas o reconhecimento das dinâmicas locais e da diversidade de atores que compõem as regiões rurais, o que ainda carece de maior articulação e discussão nos territórios. Também destaca que as políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil precisam melhorar a estrutura de governança posta em prática pelos colegiados territoriais, ampliar o sistema de incentivos de forma que seja capaz de engendrar ações consistentes, eficientes e com horizonte estratégico para os territórios rurais.

No Brasil foram reconhecidos 239 territórios nas 27 unidades da Federação, distribuídos em 3.591 municípios, ocupando 5.046.045,50 hectares, ou seja, 58,49% da área total. A população rural nos territórios é de 15.923.286, representando 56,02% da população rural no Brasil, deste total 120 constituem em Territórios da Cidadania⁵ (BRASIL, 2011). No Mato Grosso 86 municípios fazem parte dos seis Territórios Rurais, alguns territórios, criados mais recentemente, ainda não fazem parte desta relação.

O Território Pontal do Araguaia, por exemplo, ainda não faz parte da lista, localizado na porção Nordeste/Sudeste do Estado de Mato Grosso, foi institucionalizado e homologado em novembro de 2013, mas a criação só ocorreu em 2014. Um território recente composto por 7 municípios, a saber: Nova Xavantina; General Carneiro; Barra do Garças; Torixoréu; Pontal do Araguaia; Araguaiana e Novo São Joaquim, ocupando uma área total de 35.144,50 km². Nesse Território encontram-se 11 assentamentos rurais, alguns ainda não consolidados.

A Portaria do Ministério de Desenvolvimento Agrário-MDA nº80 de 2002 estabelece que assentamento é uma Unidade Territorial obtida pelo Programa de Reforma Agrária do governo federal ou, em parceria com estados ou com municípios, mediante desapropriação; arrecadação de terras públicas; aquisição direta; doação; reversão ao patrimônio público, ou por financiamento de créditos fundiários, para receber, em suas várias etapas, indivíduos selecionados pelos programas de acesso à terra⁶.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária⁷ (INCRA), é o responsável para executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional. Criado em julho de 1970, está implantado em todo o território nacional por meio de 30 superintendências regionais. Por todo o Brasil já foram assentadas 959.156 famílias em

⁵ Territórios da Cidadania tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável (<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlm/clubs/territoriosrurais>).

⁶ Portaria MDA nº 80 de 24/04/2002, publicado no DO em 25 abr 2002, adota as denominações e os conceitos aplicáveis ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e sua entidade vinculada, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=184224>.

⁷ O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Incra, é uma autarquia federal cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional. Criado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, atualmente o Incra está implantado em todo o território nacional por meio de 30 superintendências regionais (<http://www.incra.gov.br>).

9.167 projetos de assentamentos (PA). São cinco as modalidades de projetos criadas pelo Incra: Projeto de Assentamento Federal (PA), Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS); Projeto de Assentamento Florestal (PAF) e Projeto de Assentamento Casulo (PAC). O INCRA reconhece ainda outros nove tipos de assentamentos, dentre estes os projetos de assentamentos estaduais e municipais, projetos ligados ao Programa Nacional de Crédito Fundiário, as Reservas Extrativistas, os Territórios Remanescentes Quilombola, entre outros (BRASIL, 2015).

A reforma agrária em Mato Grosso, segundo Lamera e Figueiredo (2008) iniciou-se com a regularização fundiária pelo Incra. Foram expedidos muitos títulos definitivos e licenças de ocupação e levantadas todas as áreas devolutas existentes na região. Em 1986 com a criação dos programas de reforma agrária nacional e regional observou-se o fim das regularizações fundiárias e foram realizadas as primeiras desapropriações de terras. Os 59 projetos de colonização oficial implantados pelo Incra entre 1980 e 1992 em Mato Grosso foram classificados em Projetos de Assentamento Rápido, de Ação Conjunta, pois se tratava de uma ação entre o Incra e uma cooperativa especial de Assentamento, sendo executados para atender populações vindas de áreas com conflitos por terra.

De acordo com o INCRA, em 1979 foi criado o primeiro assentamento rural em Mato Grosso, no município de Novo Mundo, em terras devolutas, em função de uma parceria entre o Incra e a iniciativa privada, com o desenvolvimento de um modelo de Ação conjunta. Mas foi somente em 1986 que ocorreu a primeira desapropriação de terras para fins de reforma agrária neste Estado. No total são 547 projetos de assentamentos (PA) com 82.571 famílias assentadas em 6,068 milhões de hectares. A grande maioria dos PA foi implantada há mais de 10 anos (457) e apenas 89 em período mais recente (menos de 10 anos) (BRASIL, 2015).

Silva et al. (2012) destacam que foi através das lutas sociais, pelo acesso a terra, realizadas pelos trabalhadores do campo e pelas ações do Incra que deram origem aos assentamentos rurais no Mato Grosso. Verificaram que as famílias trabalhavam a terra de forma individual/familiar e a pecuária leiteira era a principal atividade econômica, levando a uma melhoria importante em suas condições de vida. A experiência de projetos de reforma agrária em Cáceres, e no Mato Grosso de forma geral, evidencia a necessidade de políticas públicas de assistência técnica e crédito rural como incentivo e apoio aos assentados.

Alves et al. (2009) observaram um crescimento no número de assentamentos rurais após 1994 no estado de Mato Grosso e que a quantidade e a qualidade dos projetos não estariam associadas, mas alguns se destacavam de maneira positiva. Da mesma forma que muitos assentamentos rurais do restante do Brasil, os mato-grossenses também sofrem com graves problemas sociais, muitos estão longe de alcançar a sustentabilidade, dependendo de trabalhos exógenos à propriedade e de benefícios sociais para sobreviver, além das graves condições de infraestrutura de moradia e social.

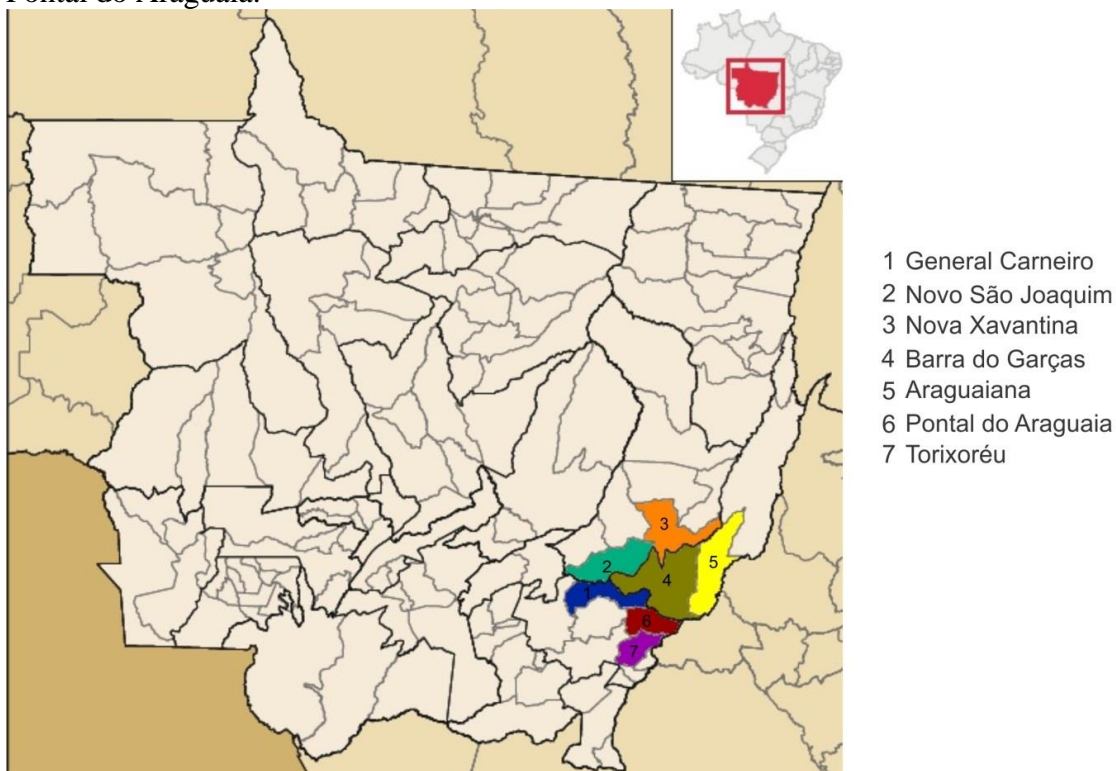
Monte e Pereira (2009) consideram como objetivo final da reforma agrária é tornar o assentado independente e capacitado para continuar desenvolvendo sua própria atividade, em busca da estabilidade social e da conquista da cidadania, atuando como sujeito do desenvolvimento sustentável rural. Para isso o PA deve cumprir algumas etapas, que não tem sido tarefa fácil.

O objetivo deste trabalho foi realizar uma caracterização dos municípios e dos assentamentos rurais pertencentes ao Território Pontal do Araguaia em Mato Grosso.

2. METODOLOGIA

O Estado de Mato Grosso está dividido em 5 Mesorregiões Geográficas e 22 Microrregiões. Os municípios do Território Pontal do Araguaia fazem parte de duas Mesorregiões e de três Microrregiões. Os municípios General Carneiro, Pontal do Araguaia e Torixoréu, fazem parte da Mesorregião Geográfica Sudeste e da Microrregião Geográfica Tesouro. Da Mesorregião Geográfica Nordeste fazem parte os municípios Nova Xavantina, Novo São Joaquim, Araguaiana e Barra do Garças, os dois primeiros pertencem a Microrregião Geográfica Canarana e os dois últimos da Microrregião Geográfica Médio Araguaia. Na Figura 1 visualiza-se o Estado de Mato Grosso, com destaque para os municípios que compõem o Território Pontal do Araguaia. Observa-se, portanto, que os critérios do IBGE e do Ministério do Desenvolvimento Agrário são divergentes em termos de regionalização.

Figura 1. Mapa do Estado do Mato Grosso, destacando os municípios do Território Pontal do Araguaia.



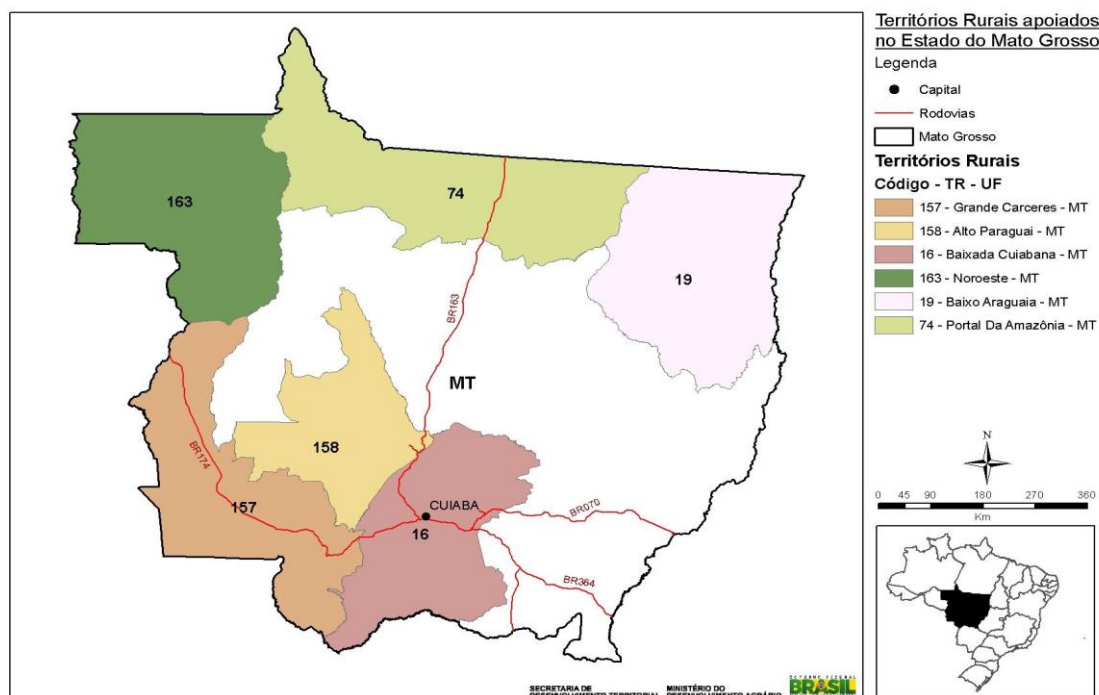
Fonte: <http://www.mapas-brasil.com/mato-grosso.htm>

A localização geográfica dos seis territórios rurais: o Alto Paraguai, Baixada Cuiabana, Baixo Araguaia, Grande Cárceres, Noroeste e Portal da Amazônia (BRASIL, 2011), pode ser visualizada na Figura 2. O Território Pontal do Araguaia, criado em 2014, ainda não faz parte do mapa territorial do Mato Grosso elaborado pela SDT.

A obtenção dos dados desse artigo foi realizada por meio de pesquisa dos dados censitários da região, com base em publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Para caracterizar os municípios pertencentes ao Território Pontal do Araguaia, levantou-se: área, população total, urbana e rural, número de estabelecimentos rurais, área total dos estabelecimentos rurais e número de estabelecimentos da agricultura familiar.

Figura 2 - Localização dos 6 Territórios Rurais no Estado de Mato Grosso.



Fonte: Secretaria Desenvolvimento Territorial (2014).

Também foi levantado o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Trata-se de um índice sintético que avalia o desenvolvimento humano, ao longo do tempo, a partir de três dimensões básicas: renda, educação (média de anos de estudo da população adulta) e saúde (expectativa de vida da população). O índice varia entre 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1,0 (desenvolvimento humano total), sendo que quanto mais próximo de 1,0, maior será o nível de desenvolvimento do município. Valores abaixo de 0,499 tem desenvolvimento humano considerado baixo, entre 0,500 e 0,799 considera-se médio desenvolvimento humano e com IDH superior a partir de 0,800 o desenvolvimento humano é considerado alto. O IDHM pode ser consultado nas respectivas edições do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (2013), que compreende um banco de dados eletrônico com informações socioeconômicas sobre todos os municípios e estados do país e Distrito Federal.

Para conhecer os assentamentos do Território Pontal do Araguaia e a fase em que se encontram, inicialmente foi realizada pesquisa bibliográfica sobre territórios, assentamentos e outros dados específicos do estado de Mato Grosso. Também foi realizada uma coleta de dados censitários da região com base em publicações do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), particularmente, na Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), e no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

A pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2002), é desenvolvida com base em livros, artigos científicos e anais de eventos. A sua principal vantagem é permitir a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Isso é relevante, principalmente quando se busca, por exemplo, dados gerais sobre população, produção agropecuária e industrial, etc. Para estudos históricos mais remotos, não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados

bibliográficos. O problema, muitas vezes, relaciona-se com a qualidade, pois algumas fontes podem apresentar dados coletados ou processados de forma equivocada, daí a importância da análise em profundidade de cada informação. Gil (2002) destaca ainda que a pesquisa bibliográfica se assemelha muito à pesquisa documental, as diferenças estão nas fontes, na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas e dispersas, como de tabelas estatísticas, atas, documentos específicos, etc., que depois precisam ser organizadas, trabalhadas e analisadas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Alguns dados sobre os municípios do Território Pontal do Araguaia estão apresentados na Tabela 1. Barra do Garças é o município com maior área e o mais populoso também, 56.560 habitantes, e tem a menor população rural, apenas 10% do total. O segundo maior em população é Nova Xavantina com 19.643 habitantes e quase 20% da população no meio rural. Torixoréu é o menor em área e o segundo menor em população, enquanto Araguaiana tem a menor população, apenas 3.197. General Carneiro se destaca pelo número de habitantes residente na zona rural, mais da metade (53,09%), Novo São Joaquim (38,48%) e Araguaiana (31,53%) também se destacam com a participação percentual expressiva da população localizada na zona rural.

Tabela 1. Área e população (total, urbana e rural) por município integrante do Território Pontal do Araguaia, Mato Grosso.

Município	Área (km ²)	População	População urbana	População rural
Araguaiana	6.438,10	3.197	2.189 (68,47%)	1.008 (31,53%)
Barra do Garças	8.761,30	56.560	50.947 (90,08%)	5.613 (9,92%)
General Carneiro	4.146,90	5.027	2.358 (46,91%)	2.669 (53,09%)
Nova Xavantina	5.763,50	19.643	15.746 (80,16%)	3.897 (19,84%)
Novo São Joaquim	8.651,70	6.042	3.717 (61,52%)	2.325 (38,48%)
Pontal do Araguaia	2.764,70	5.395	4.452 (82,52%)	943 (17,48%)
Torixoréu	2.406,10	4.071	3.112 (76,44%)	959 (23,56%)

Fonte: IBGE (2010).

Terras indígenas são encontradas em três municípios: Barra do Garças (2), General Carneiro (2) e em Novo São Joaquim (3). Em Barra do Garças se encontram o maior número de pescadores 219, seguido por Araguaiana com 186, Nova Xavantina com 104, e Torixoréu com XX pescadores. Em Novo São Joaquim não há pescadores cadastrados, segundo dados do IBGE (2010).

Por meio da Tabela 2 verifica-se que no Território Pontal do Araguaia, segundo dados do Censo de 2006, tinham 3.888 estabelecimentos rurais, sendo 2.340 da agricultura familiar, ou seja, 60,19% do total. Observa-se que Nova Xavantina apresentava o maior número de estabelecimentos rurais⁸ (1.402) e também o maior número de estabelecimentos da agricultura familiar (1.034), quase 74% do total, que pode ser explicado, em parte, pelo grande número de assentamentos rurais, seis no total. Novo São Joaquim é o segundo, tanto em número de unidades (679), quanto em área (477.579 ha), sendo 70% da agricultura familiar. Araguaiana possui o menor número 233 estabelecimentos e em termos de área é o terceiro maior com 461.666 ha, mas somente cerca de 30% são da agricultura familiar.

Os valores do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM (2013), para todos os municípios, variaram de 0,670 (Araguaiana e General Carneiro) a 0,748 (Barra do Garças), sendo considerados de médio desenvolvimento humano; não foi constatado nenhum município com IDH maior que 0,8 (alto) e nem menor que 0,5 (baixo). Dos 141 municípios mato-grossenses, 48 possuem alto índice de desenvolvimento e cinco estão com baixo índice de desenvolvimento; o IDH do Estado é de 0,725, maior que os valores encontrados para a maioria dos municípios desse Território.

⁸ O IBGE (2006) considera como estabelecimento agropecuário todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processa uma exploração agropecuária, ou seja: o cultivo do solo com culturas permanentes e temporárias, inclusive hortaliças e flores; a criação, recriação ou engorda de animais de grande e médio porte; a criação de pequenos animais; a silvicultura ou o reflorestamento; e a extração de produtos vegetais.

Tabela 2. Número e área dos estabelecimentos rurais do Território Pontal do Araguaia (MT) e por município integrante do Território.

Município	Nº de estabelecimentos rurais	Área dos estabelecimentos rurais (ha)	Nº de estabelecimentos da Agr. Familiar	IDHM*
Araguaiana	233	461.666	70	0,670
Barra do Garças	604	479.332	311	0,748
General Carneiro	319	314.665	133	0,670
Nova Xavantina	1.402	446.594	1.034	0,704
Novo São Joaquim	679	477.579	476	0,649
Pontal do Araguaia	315	160.974	167	0,734
Torixoréu	336	201.800	149	0,716
Total	3.888	2.542.610	2.340	

Fonte: IBGE (2006).

* Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM

*Fonte: Atlas Brasil 2013

Para Ferreira e Alves (2013), a composição da estrutura fundiária reflete os modelos de produção agropecuária que, em região de fronteira, tem como característica a incorporação de novos ativos fundiários e o crescimento da taxa de ocupação da terra. No estado de Mato Grosso a distribuição da terra por classe de área no Censo de 2006 mostra que 68% dos estabelecimentos possuem menos de 100 ha, mas ocupam apenas 5,5% da área. Estabelecimentos com área variando de 100 a 1000 ha representam 23,5% do total, ocupando 17,0% da área; já as unidades acima de 1000 ha são 7,6% dos estabelecimentos e ocupam 77,5% da área total recenseada. O estado de Mato Grosso registra também a menor porcentagem de área (10,2%) e de estabelecimentos (76,3%) que se enquadram na Lei de Agricultura Familiar.

Pode-se constatar na Tabela 3 que os municípios que caracterizam o Território Pontal do Araguaia apresentam uma estrutura fundiária fortemente concentrada. Cerca de 37,85% dos estabelecimentos estão enquadrados na faixa de área de até 50 ha, muito embora ocupem apenas 1,47% da área total. A grande maioria dos estabelecimentos (62,55%) tem até 200 ha e ocupam apenas 5,38% da área total. No outro extremo, os estabelecimentos com 2.500 ha ou mais (6,75% do total) abrangem 60,58% da área total.

Tabela 3- Número e área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total do Território Pontal do Araguaia, Mato Grosso, 2006.

Grupos de área total (ha)	Estabelecimentos agropecuários			
	Número	%	Área (ha)	% da Área
Mais de 0 a menos de 5	183	4,73	409	0,02
De 5 a menos de 10	192	4,97	1.488	0,06
De 10 a menos de 20	145	3,75	2.075	0,08
De 20 a menos de 50	943	24,40	3.3272	1,31
De 50 a menos de 100	514	13,30	37.911	1,49
De 100 a menos de 200	441	11,41	61.435	2,42
De 200 a menos de 500	564	14,59	184.184	7,24
De 500 a menos de 1000	336	8,69	239.413	9,42
De 1000 a menos de 2500	286	7,40	442.089	17,39
De 2500 ou mais	261	6,75	1.540.334	60,58
Total	3.865	100,00	2.542.610	100,00

Fonte: IBGE (2006).

Os Projetos de Assentamentos Rurais (PA) localizados nos municípios pertencentes ao Território Pontal do Araguaia estão relacionados na Tabela 4. Nesse Território encontram-se 11 assentamentos rurais, assim distribuídos nos municípios: seis em Nova Xavantina, dois em Barra do Garças, dois em General Carneiro e um em Novo São Joaquim. Nos demais municípios deste Território (Torixoréu, Pontal do Araguaia e Araguaiana) não tem projetos de assentamentos implantados.

No município de Barra do Garças temos o PA Santa Emília, criado em 2002, onde estão instaladas 44 famílias em uma área de 1392,42 ha; e o PA Serra Verde, que é mais recente, de 2009, com 99 famílias em 2.126,76 ha. Cabe destacar que o PA Santa Emília ainda se encontra em instalação, após quase 13 anos de sua criação.

Em General Carneiro, o PA Morrinho é o mais antigo, criado em 1987 e ainda se encontra em consolidação, após quase três décadas (28 anos), tem apenas 27 famílias assentadas em uma área grande de 2.125 ha; e o PA Santa Cássia que é mais recente, de 2001, com 134 famílias instaladas em uma área de 5.023,58 ha.

Tabela 4- Informações dos Projetos de Assentamentos (PA) situados no Território Pontal do Araguaia, Mato Grosso, 2015.

PA	Município	Nº Famílias	Área PA	Data da criação	Fase do PA
Santa Emilia	Barra do Garças	44	1392,42	20/12/2002	Instalação
Serra Verde	Barra do Garças	99	2.126,78	16/11/2009	Criado
Morrinho	General Carneiro	27	2.125,00	08/08/1986	Criado
Santa Cássia	General Carneiro	134	5.023,58	11/04/2001	Criado
Ilha do Coco	Nova Xavantina	27	2.723,00	14/08/1987	Em consolidação
Safra	Nova Xavantina	390	29.318,74	28/05/1987	Criado
Mello	Nova Xavantina	29	2.313,97	14/08/1987	Consolidado
Rancho Amigo	Nova Xavantina	119	8.193,98	01/09/1995	Criado
Piau	Nova Xavantina	108	7.511,45	12/11/1992	Consolidado
Santa Célia	Nova Xavantina	256	9.984,33	09/09/2003	Criado
Tamboril	Novo S. Joaquim	56	1.352,25	28/12/1998	Criado
Total	-	1.289	72.065,50	-	-

Fonte: Incra – MT (2015).

Nova Xavantina é o município com maior número de assentamentos e de maior área deste Território. Em 1987 foram criados três assentamentos, sendo que apenas o PA Mello é considerado consolidado; o PA Ilha do Coco que ainda se encontra em consolidação e PA Safra é o maior com 390 famílias em mais de 29.000 ha. O mais recente é o PA Santa Célia com 13 anos e tem 256 famílias assentadas. No total do Território Pontal do Araguaia, estão assentadas 1.289 famílias em 72.065,50 hectares.

Além desses, em Nova Xavantina tem um assentamento Banco da Terra, criado em 2002, com 60 famílias distribuídas em uma área de 570 hectares. O programa Banco da Terra foi criado 1998 e tinha como finalidade financiar programas de reordenação fundiária e de assentamento rural, como trabalhadores rurais não-proprietários, preferencialmente os assalariados, parceiros, posseiros e arrendatários, que comprovassem, no mínimo, cinco anos de experiência na atividade agropecuária (BRASIL, 1998). A partir de 2003, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da Secretaria de Reordenamento Agrário, o substituiu pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário que oferece condições para que os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra possam comprar um imóvel rural por meio de um financiamento específico.

São consideradas 6 fases até a consolidação dos assentamentos: Pré-Projeto de Assentamento, Assentamento em Criação, Assentamento Criado, Assentamento em Instalação, Assentamento em Estruturação, Assentamento em Consolidação e Consolidado. Assentamento em instalação o projeto está criado, cujos beneficiários encontram-se em instalação no imóvel, na fase de construção do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), de natureza obrigatoriamente participativa, com a concessão dos créditos de apoio à instalação. No assentamento criado o imóvel já sob o domínio ou posse do Incra na condição permissiva de ingresso das famílias selecionadas, para o processo de legitimação delas com a assinatura de respectivos contratos de assentamento. Assentamento em consolidação os beneficiários já se encontram instalados, com dotação de infra-estrutura básica, e acesso ao Pronaf-A, estando em fase de titulação definitiva, cujas famílias já possuem condições socioeconômicas de migrar para as outras linhas de financiamento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar-Pronaf. Consolidado - Aquele que tenha mais da metade das famílias beneficiárias da concessão de título definitivo de propriedade, estando em fase de transferência de áreas ou imóveis remanescentes, ao município ou Estado (IPEA, 2002).

Há dúvidas se o cadastro do INCRA se encontra atualizado, pois do total de 11 PAs, quase 64% tem mais de 20 anos e apenas dois se encontram consolidados, o PA Mello e o PA Piau; e em consolidação apenas o PA Ilha do Coco, todos em Nova Xavantina. Com mais de 10 anos são 91% do total dos assentamentos, somente um PA de 2009, o Serra Verde está com 6 anos. Mais de dois terços ainda se encontram na fase inicial “criado”.

Monte e Pereira (2009) procuraram discutir os Projetos de Assentamentos, resultantes dos programas oficiais de reforma agrária, por meio do desenvolvimento de cinco etapas: PDA já elaborado; Crédito de aquisição de material de construção total/parcial concedido; Infraestrutura básica já implantada; Acesso ao Pronaf/Procera total ou parcialmente concedido e PA consolidado. Observaram que o acesso ao Pronaf/Procera e ao crédito de aquisição de material de construção atinge um percentual maior de assentamentos comparativamente às demais fases do Projeto. A etapa com menor percentual é o PA consolidado, explicada por ser justamente uma das últimas etapas, a maior porcentagem 11,5% do total foi determinado para região Centro Oeste, seguida pelo Sul com 8%. No Território Pontal do Araguaia o percentual de PAs consolidados é maior 18% do total.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Território Pontal do Araguaia-MT foi criado em 2014 com sete municípios ocupando uma área total de 35.144,50 km². A concentração estrutura fundiária do Território é muito acentuada, cerca de 37,85% dos estabelecimentos possuem até 50 ha, mas somam apenas 1,47% da área total e no outro extremo, os estabelecimentos com 2.500 ha ou mais são apenas 6,75% do total e ocupam 60,58% da área total.

Nesse Território encontram-se 11 assentamentos rurais instalados em quatro municípios, com destaque para Nova Xavantina com seis projetos de assentamentos. No total estão assentadas 1.289 famílias em 72.065,50 hectares. Nova Xavantina tem também o maior número de estabelecimentos rurais (1.402) e o maior número de estabelecimentos da agricultura familiar, quase 74% do total. Barra do Garças tem maior área e é o mais populoso, mas apresenta o menor percentual de população vivendo na área rural (10% do

total), enquanto General Carneiro se destaca por ter mais da metade da população na zona rural.

Políticas públicas voltadas a esse Território, como o recém aprovado Projeto de Criação e Implantação do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial, no Território Pontal do Araguaia, poderão contribuir para a consolidação da abordagem territorial considerando, entre outros aspectos, a inclusão social, cultural, ambiental, econômica e política dos agricultores familiares.

5. REFERÊNCIAS

ALVES, J.; FIGUEIREDO, A.M.R.; ZAVALA, A.A.Z. Análise de eficiência em assentamentos rurais no estado de Mato Grosso. **Revista de Estudos Sociais**, n. 21, v. 1, 2009, p.75-97.

ATLAS BRASIL. Atlas do desenvolvimento humano do Brasil. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento- PNUD. Brasília, 2013. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em 18 de maio de 2015.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra – **Instituições, Incra nos Estados, Mato Grosso SR 13, dados do INCRA-MT, 2015a**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/incra-nos-estados/mato-grosso---sr-13>. Acesso em 18 de maio de 2015.

BRASIL. Decreto nº 4.892 de 25 de novembro de 2003, que regulamenta a Lei Complementar nº 93 de 4 de fevereiro de 1998. Brasília-DF, 2003. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4892.htm
<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/sdt/apresenta%C3%A7%C3%A3o>
- See more at: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/sra-crefun/sobre-o-programa#sthash.mQmkArKS.dpuf>

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra – **Reforma Agrária, Assentamentos**. Brasília, 2015b. Disponível em <http://www.incra.gov.br/assentamentoscriacao>. Acesso em 15 de maio de 2015.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT – **Sistema de Informações Territoriais – SDT/SIT. Territórios Rurais**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/territorio.php>>. Acesso em: 19 de maio de 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Sistema de Informações Territoriais – SDT/SIT. Imagens/mapas**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/mapas>>. Acesso em: 03 ago. 2014.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT – **Apresentação**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/sdt/apresentação>> Acesso em: 16 out 2015.

BRASIL. Lei Complementar nº 93 de 04/02/1998. Institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra - e dá outras providências. Brasília-DF, 1998. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp93.htm. Acesso em 12 maio de 2015.

FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou “inovação por adição”? **Estudos Avançados**, v.24, n.68, São Paulo: USP, 2010a.

FAVARETO, A. As políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil em perspectiva – uma década de experimentações. **Desenvolvimento em Debate**, INCT-PPED: Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.47-63, 2010b

FERREIRA, B.; ALVES, F. Caracterização e Análise da Dinâmica da Produção Agropecuária na Amazônia Brasileira uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Brasília, Relatório de Pesquisa, 2013. 187p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Atlas, 4. Ed. São Paulo: 2002, 175 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Unidades Territoriais do nível município – Unidade da Federação Mato Grosso, Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 2006. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/unit.asp?e=v&t=71&codunit=5450&z=t&o=4&i=P>. Acesso em: 15 de junho de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 2010. Disponível em http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1013003524D7B79E4/IBGE_CENSO2010_sinopse.pdf. Acesso em: 15 de março de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo agropecuário 2006: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/>>. Acesso em: 15 de março de 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Desenvolvimento Rural. Políticas sociais - acompanhamento e análise**. Brasília-DF, 2002. Disponível em: www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas.../desenv5.pdf. Acesso em 12 de maio de 2015.

LAMERA, J.A.; FIGUEIREDO, A.M.R. Os assentamentos rurais em Mato Grosso. In: Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia rural – SOBER, 46, 2008, Rio Branco-Acre. **Anais...** Rio Branco: [S.n.]. CD-ROOM.

MONTE, P.A.; PEREIRA, A.E.S. Um estudo regional dos determinantes da geração de renda e construção da cidadania nos Projetos de Assentamentos. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, SP, vol. 47, nº 04, p. 1023-1040, 2009.

SILVA, T.P.; ALMEIDA, R.A.; KUDLAVICZ, M. Os assentamentos rurais em Cáceres/MT: espaço de vida e luta camponesa. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas-MS* – v. 15 – n. 8, Maio 2012, p. 62-82.